

DESMONTE DE POLÍTICAS FEDERAIS NO BRASIL

Pontos-chave:

- » O conceito de desmonte corresponde a um tipo específico de mudança de política pública, caracterizado pela redução, diminuição ou remoção de objetivos, instrumentos ou de capacidades administrativas existentes para sua implementação.
- » Os processos de desmonte analisados pela pesquisa se iniciaram em 2016, dentro de um contexto de austeridade fiscal e mudança de orientação programática do governo após o impeachment, que foi aprofundado a partir de 2019.
- » Muitos dos processos de desmonte estudados ocorreram de forma ativa e explícita, significando que o governo quis ser reconhecido por eles.
- » A motivação para os desmontes combina diversos elementos, como questões ideológicas e materiais, “guerra cultural” e austeridade fiscal.
- » No caso brasileiro, os processos de desmonte se caracterizam pelas estratégias de desorganização das capacidades estatais instaladas, assédio à burocracia, reinterpretação dos problemas que informam as políticas (*reframing*) e a exploração dos limites de procedimentos, leis e normas pré-estabelecidas (*hardball*).
- » Elementos político-institucionais específicos contribuem para explicar a maior ou menor resiliência de políticas em processos deliberados de mudança.

INTRODUÇÃO

Este *policy brief* traz os principais achados de um projeto de pesquisa realizado em parceria entre a DIEST/IPEA e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Programa de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED) com o objetivo de analisar processos de mudanças de políticas federais brasileiras em vários setores entre 2016 e 2022.

Após o impeachment presidencial em 2016, o país mudou profundamente de direção programática. Novos atores, ideias e interesses adentraram no ciclo de políticas públicas. A política de austeridade fiscal iniciada com o governo Temer, cujo marco principal foi a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos Públicos, reduziu os orçamentos de programas, sobretudo os sociais.

Os impactos gerados pelo impeachment não foram apenas de natureza fiscal ou administrativa. Institutos renomados como o [*Varieties of Democracy \(V-Dem\)*](#) captaram um declínio nos indicadores que medem a qualidade na democracia no Brasil após 2015. Pode-se dizer, então, que o processo de impeachment revelou uma conjuntura crítica, acelerando mudanças profundas na dinâmica democrática e na gestão de políticas públicas. O governo Temer foi seguido pela eleição de Jair Bolsonaro, um político de extrema direita, antissistema e reacionário.

Mudanças e transformações em programas, projetos e ações governamentais estão entre os principais temas de pesquisa em políticas públicas. Entre os tipos de mudanças analisadas, encontra-se o *policy dismantling* ou desmonte de políticas. Da mesma maneira, estudos sobre retrocesso democrático e populismo de extrema direita se intensificaram em tempos recentes. Contudo, os estudos existentes não trabalham com mudanças de políticas públicas sob ambientes de retrocesso democrático e populismo reacionário. Esta é uma lacuna que o projeto veio a preencher.

Assim, o objetivo deste trabalho foi responder às seguintes perguntas: quais tipos de mudança sofreram as políticas estudadas no período em questão? Como se deram tais processos? Quais foram as motivações para o desmonte ou reconfiguração das políticas analisadas?



EVIDÊNCIAS

Detectadas a partir de estudos de caso apresentados pelos colaboradores do projeto a partir de suas áreas de especialização e interesse.

Orçamento

Sob uma ótica orçamentária, levando em conta a projeção de gastos para o PPA 2020-23, as principais áreas de política pública que foram objeto de desmonte foram: saneamento, habitação de interesse social, educação superior, educação profissional e ciência, tecnologia e inovação.

Saneamento básico

Nas políticas de saneamento básico, gestão de recursos hídricos e meio ambiente constatou-se a redução do papel do Estado, seja por meio do incentivo à participação do setor privado, pela redução do financiamento federal ou, ainda, pela omissão do exercício do poder de fiscalização do Estado.

Meio ambiente

Quanto às políticas de proteção e conservação florestal, verificou-se a redução da densidade e da intensidade de seus inúmeros instrumentos, em especial, do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). No que concerne à proteção da biodiversidade, observou-se a inviabilização ou ressignificação dos dispositivos legais de proteção; cortes orçamentários; desmobilização dos órgãos ambientais governamentais e de seus mecanismos de fiscalização; a desmobilização das instâncias de controle social; e a construção de narrativas desfavoráveis às políticas de proteção da biodiversidade.

Ciência, tecnologia e inovação

Constatou-se a extinção de programas e a diminuição da execução orçamentária, entre outras alterações nos padrões de financiamento da área.





Infraestrutura

Verificou-se mais a reconfiguração dos instrumentos existentes do que o seu desmonte, propriamente dito. No caso do BNDES, a redução da densidade e intensidade dos instrumentos financeiros para a infraestrutura foi acompanhada por novos instrumentos de desenvolvimento do mercado de capitais e de compartilhamento de riscos com empresas concessionárias.



Energia Elétrica

Foi constatado um processo acelerado de desmonte estrutural que se iniciou em 2016, com destaque para a perda do papel da Eletrobras. Tal processo implicou na fragilização das instituições públicas do setor, na aceleração da venda de ativos do sistema Eletrobras, na redução dos investimentos para a ampliação do parque gerador e transmissor e na perda de capacidade técnico-administrativa.



Assistência social

Observou-se a desmobilização das capacidades analíticas oferecidas pelo Cadastro Único. Tal desmobilização foi combinada com a reconfiguração do Programa Bolsa Família para o Auxílio Brasil, implicando na introdução de novos objetivos ao programa de transferência de renda que contradizem aqueles aos quais a política estava originalmente dedicada. Por outro lado, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) se mostrou relativamente resiliente às tentativas de desmonte. Diante do insucesso em desmontar a política a partir de suas previsões constitucionais, o Executivo passou, então, a realizá-lo por meio de instrumentos infralegais, dificultando o acesso de potenciais beneficiários (redução de intensidade do benefício).



Mulheres

Quanto à política para as mulheres e igualdade de gênero, identificou-se o enfraquecimento do marco institucional da política e a sua ressignificação, com a substituição do conceito da “transversalidade de gênero” pela “defesa da família”.





Agricultura

A política de agricultura familiar foi objeto de estratégias múltiplas de desmonte, tais como a redução das capacidades estatais com extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a extinção dos mecanismos de participação social, e as reformulações no conceito de agricultura familiar, cada vez mais diluído na ideia genérica de produtor rural.



Cultura

As políticas culturais federais, incluindo a Lei Rouanet, foram alvo de investidas de desmonte no contexto de disputas ideológicas entre o governo com setores da classe artística (“guerra cultural”), sobretudo por meio de ataques simbólicos, redução na intensidade de instrumentos de financiamento, desconstrução de capacidades administrativas existentes e pela reconfiguração do papel do governo federal na condução da política.

DIAGNÓSTICO

Diagnóstico baseado nas evidências detectadas.

O **populismo de extrema direita** tem, em sua agenda, a desconstrução de políticas progressistas (proteção ao meio ambiente, de minorias, igualdade social e de gênero, entre outras), em uma lógica antissistema. A forma como a política pública é reconfigurada neste contexto, em que as instituições democráticas e o próprio funcionamento do Estado estão sob estresse, exige um marco analítico complexo e compreensivo. Os populistas reacionários utilizam, como uma de suas estratégias, a exploração de procedimentos, leis e instituições de maneiras que violam normas pré-estabelecidas, empurrando os limites da legalidade. Observou-se que esse foi um padrão adotado diante das políticas públicas federais no Brasil.

Os casos estudados apontam que a **motivação para os processos de desmonte** combinam diversos elementos, como questões ideológicas e materiais, “guerra cultural”, neoliberalismo e austeridade fiscal. Entre os primeiros, encontram-se os desmontes da política de cultura e da política para as mulheres e igualdade de gênero, por exemplo. Entre os segundos, estão os casos do financiamento da infraestrutura e da política de saneamento. Existem, também, casos em que se fazem presentes ambas as motivações, como na área ambiental, na qual o desmonte foi resultado tanto do fortalecimento do poder da “coalizão de pilhagem” quanto do negacionismo climático.

As condições existentes para a **não resiliência das políticas** analisadas, facilitando os desmontes, reconfigurações e retrocessos observados residem nos seguintes fatores (de forma isolada ou combinada): na ausência de coalizões de apoio à política existente, com poderes de veto; na incapacidade de mobilização ou reações coletivas dos seus beneficiários; nos baixos “custos enterrados” em capacidade administrativa; e na presença de benefícios políticos da ação, maiores que os custos.

A **agenda do desmonte** de políticas enfrenta constrangimentos e oportunidades nas instituições existentes, que fazem a mediação entre a ação dos atores e os resultados do próprio processo de mudança. A depender dos objetivos, das estratégias adotadas, das instituições existentes e da configuração de atores em cada subsistema de política pública, diferentes tipos de mudança podem surgir como resultado.

RECOMENDAÇÕES

As recomendações a seguir têm origem nos estudos de caso realizados. Elas contribuem para apontar uma agenda desafiadora de reconstrução em setores críticos de atuação governamental.

Recriação do Programa Bolsa Família (PBF) e fortalecimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC)



- » Recriar o PBF corrigindo distorções provocadas pelo desenho atual do Auxílio Brasil, que gerou perda do acompanhamento da frequência escolar e vacinação infantil como condicionalidades para o recebimento do benefício, além de distorções no perfil dos beneficiários, com o aumento do número de famílias unipessoais, erros de inclusão e exclusão sem o devido acompanhamento.
- » Estabelecer dispositivo legal que institua a obrigatoriedade da inclusão de famílias que cumpram critérios previstos no PBF, evitando a formação das “filas de espera”.
- » Instituir mecanismos de reajuste das linhas de pobreza e do valor dos benefícios em linha com a variação da inflação.
- » Adequar a legislação do BPC de acordo com o entendimento estabelecido na Constituição, em especial em relação aos critérios de renda para elegibilidade ao programa.
- » Criar mecanismos de avaliação e monitoramento do impacto das mudanças recentes ocorridas no BPC, de modo a observar se geraram maior eficiência ou criaram lacunas de cobertura e erros de inclusão e exclusão.

Aprimoramentos no Cadastro Único para Programas Sociais



- » Concluir imediatamente o preenchimento dos pré-cadastros realizados via app com o apoio dos municípios, a serem mobilizados via repasse do IGD e/ou articulação com Congemas e Foneas.
- » Corrigir o desmembramento de famílias cadastradas, criando incentivos para atualização cadastral das famílias e refletindo a realidade atual do domicílio.
- » Revisar o formulário do CadÚnico para: 1) viabilizar o correto autopreenchimento por meio do app, 2) ampliar a interoperabilidade entre os diversos registros administrativos federais, 3) compatibilizar os conceitos de renda e família com as definições empregadas pelos programas que usam dados do CadÚnico
- » Restabelecer a parceria entre CadÚnico e o Sistema Único da Assistência Social, fortalecendo a integração das equipes e alinhando orientações técnicas de cadastramento
- » Ampliar o uso do CadÚnico não apenas para diagnóstico de vulnerabilidades, mas também para integração do planejamento, monitoramento e acesso aos programas e políticas sociais.

Recomposição e avanços na política de segurança alimentar e nutricional



- » Reconstruir e fortalecer ações já existentes como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), restabelecer o Conselho Nacional de SAN (CONSEA) e da Câmara Interministerial de SAN (CAISAN); construir do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN); realizar a 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; estruturar um quadro de gestores públicos atuantes a partir do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável; e destinar recursos orçamentários para as políticas alimentares.
- » Reestruturar e fortalecer políticas públicas para a promoção da segurança alimentar e nutricional no país como: o PBF o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), os estoques públicos reguladores e estratégicos, e o Guia Alimentar para a População Brasileira.
- » Construir novas políticas alimentares que articulem diversos atores (agricultores, consumidores, profissionais de diferentes áreas) e setores (rural, urbano, saúde, nutrição, meio ambiente...), e sejam orientadas por: grupos historicamente marginalizados, trazendo, sobretudo, um recorte de gênero e de raça; práticas sociais (agroecologia, sustentabilidade, circuitos curtos de comercialização, alimentação saudável...); e resultados (territorialização dos sistemas alimentares, sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e justos).



Ampliação e aperfeiçoamento da atuação do BNDES no setor de infraestrutura



- » Ampliar a capacidade de captação para constituição de *funding* de longo prazo a partir de: 1) a supressão da incidência da alíquota de 30% da Desvinculação das Receitas da União sobre a receita do PIS-Pasep (EC 93/2016); e 2) do desenvolvimento de uma política de emissões de títulos financeiros de longo prazo, com certificação verde (*green bonds*) orientados ao mercado internacional.
- » Definir regras de seleção para concessão de crédito, aquisição de título e participação no capital, primando por apoio a projetos com relevância para o crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental.
- » Desenvolver a participação do BNDES na gestão financeira de um fundo garantidor – habilitado, inclusive, para aquisição de títulos de dívida corporativa subordinada –, capitalizado pelo governo federal e por governos estaduais, com recursos de outorgas originadas em contratos de concessões e parcerias público-privadas de infraestrutura, com o propósito de dar suporte a gestão de projetos cujo perfil de riscos possa restringir o acesso ao mercado financeiro.

Medidas de fomento ao setor elétrico



- » Retomar o investimento na expansão do parque gerador e transmissor para garantir energia no caso de retomada do crescimento econômico e minimizar riscos de choques adversos de oferta num contexto de mudanças climáticas.
- » Fortalecer o Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico, fazendo interface com a sociedade sobre a matriz elétrica brasileira na próxima década.
- » Fortalecer o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) para identificar riscos de desabastecimento e gerir de forma eficiente eventuais crises.
- » Retomar o diálogo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco dos Brics e Convenção do Clima da ONU em temas relevantes como o financiamento a fontes renováveis, estímulo a tecnologias novas, mercado de carbono, dentre outros instrumentos que viabilizem a transição energética.
- » Investir em parcerias do setor elétrico público com universidades, centros de pesquisa, empresas de P&D e *startups*.
- » Redirecionar o foco do BNDES para o fomento a investimentos e não apenas como operador de desinvestimentos de ativos e participações societárias da União.
- » Reassumir o diálogo do governo com outros atores interessados no setor elétrico: indígenas, ambientalistas, sindicatos, movimentos sociais, associações de classe para além dos grandes bancos e fundos de investimento.



Políticas para mulheres e igualdade de gênero



- » Criar o Ministério das Mulheres com recomposição do seu orçamento a patamares mínimos aos de 2015, com equipe técnica própria suficiente, a fim de garantir condições institucionais adequadas para a implementação da transversalidade de gênero e raça e a execução direta das políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e de cuidados.
- » Formar assessorias transversais de gênero e raça nos ministérios setoriais, com estrutura própria ligada aos gabinetes ministeriais, a ser coordenada conjuntamente pelas pastas relativas a estas temáticas por meio de Comitê Executivo junto à Casa Civil.
- » Criar carreira e instituir reserva de vaga nos concursos públicos de natureza transversal (especialista em políticas públicas e gestão governamental, analista de planejamento e orçamento, entre outros) de modo a fortalecer a estabilidade institucional da política na estrutura governamental.
- » Incentivar e reconfigurar os instrumentos de participação social, viabilizando que movimentos de mulheres influenciem, de forma efetiva e não desmobilizadora, o processo de formulação, implementação e avaliação das políticas de igualdade de gênero.
- » Adotar a paridade de gênero em nível ministerial na nova gestão em 2023 e nos cargos de direção, além da criação de programas para capacitação de servidores em gênero, raça e direitos humanos.
- » Realizar a V Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres e reativar a política de apoio à criação e fortalecimento dos organismos municipais e estaduais de políticas para as mulheres, bem como de instrumentos que propiciem a integração e articulação entre os organismos nos diferentes níveis federativos, preferencialmente nos moldes das Comissões Intergestores Tripartites (CIT) existentes nas áreas de saúde e assistência social.

Reorganização da governança ambiental



- » Reestruturar o Ministério do Meio Ambiente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), considerando redefinições/revisões das competências institucionais, recomposição orçamentária, contratação de técnicos especializados e formação estratégica dos quadros atuais, tendo em vista as tendências e o contexto global e o panorama nacional após o contexto de desmonte da Agenda Socioambiental.
- » Reativar e fortalecer as instâncias de governança e das pontes de diálogos entre governo, movimentos sociais, academia e setor privado, visando a reconstrução da Agenda Socioambiental brasileira, no horizonte da Agenda 2030 e da Visão 2050.
- » Integrar as ações do MMA, IBAMA e ICMBIO com as do Itamaraty, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério da Agricultura e demais instâncias governamentais vinculadas ao compromisso de desenvolvimento social, no sentido de definir prioridades estratégicas para a agenda socioambiental brasileira.



Retomada das ações de combate ao desmatamento



- » Retoma as ações do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, fortalecendo sua estrutura de governança e sua integração ao núcleo do governo federal.
- » Recompôr os recursos humanos e financeiros direcionados às ações de fiscalização e combate ao desmatamento na Amazônia Legal, com destaque para a ampliação dos quadros de analistas ambientais do Ibama, do Ministério do Meio Ambiente e do ICMBio.
- » Retomar o protagonismo brasileiro nos fóruns internacionais sobre meio ambiente e mudanças climáticas, a partir do comprometimento formal com metas claras para a redução do desmatamento e de emissões de gases causadores do aquecimento global.
- » Fortalecer os conselhos nacionais da área ambiental, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, envolvendo processos independentes de escolha das representações da sociedade civil e a retomada da articulação federativa no interior dos colegiados.
- » Recompôr as estruturas de governança e ampliar os recursos e ações de fundos com ações direcionadas para o combate ao desmatamento, a exemplo do Fundo Amazônia e do Fundo Nacional do Meio Ambiente.
- » Reintegrar do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) à estrutura institucional do MMA.

Reconstrução da governança de águas



- » Alçar a governança das águas ao status de prioridade na agenda do novo governo. A governança das águas requer tanto medidas em cada área de política - de defesa ambiental, gestão de recursos hídricos, saneamento básico, clima e segurança hídrica - quanto para reconstruir a articulação entre áreas de política entre Estado e sociedade, promovendo conectividade e arranjos cooperativos entre as áreas de política.
- » Adotar como prioridades o combate ao desmatamento, a proteção e recomposição de áreas degradadas de interesse hídrico e o controle da poluição hídrica.
- » Reconstruir as capacidades estatais para as diversas dimensões de comando e controle e combate aos crimes ambientais; fortalecer a regularização fundiária e da defesa de áreas protegidas; retomar a fontes de financiamento e da promoção de novos modelos que garantam a proteção das florestas em pé.



- » Revisar o marco legal e os decretos regulamentadores das leis n. 14.206/20 e 11445/07, fortalecendo o papel do Estado como responsável pelo acesso à água e ao saneamento como direito humano, tal como proposta na PEC 06/2021.
- » Revisar o papel do BNDES, do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) e da lei 14.026/20, valorizando o saneamento no contexto das medidas de adaptação do clima.
- » Reconectar a gestão de recursos hídricos com a área de meio ambiente, reconstruir e fortalecer os organismos colegiados (Conselhos e Comitês de Bacia) e suspender a tramitação do Projeto de Lei 4546/2021, abrindo um debate transparente e democrático sobre as prioridades e desafios da gestão da água como um bem público.

Funcionalismo público



- » Valorizar e engajar a burocracia pública na reconstrução das políticas federais, reconhecendo o processo de assédio e perseguição por que passaram muitos servidores.
- » Permitir a mobilidade de servidores para as áreas com as quais possam melhor contribuir.
- » Criar sistemas de enfrentamento ao assédio institucional.
- » Fortalecer canais institucionais e independentes de denúncia de assédio a servidores.
- » Criar regras para regular o acesso de militares a cargos civis e, assim, diminuir a militarização do serviço civil.
- » Investir em mecanismos isonômicos e transparentes de progressão nas carreiras, evitando a politização da gestão de pessoas.
- » Garantir a proteção de servidores lotados em áreas de risco ou cujas funções administrativas os coloquem em situações de vulnerabilidade.

Cultura



- » Recriar o Ministério da Cultura, com papel de coordenação do Sistema Federal de Cultura, do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura.
- » Recompôr o orçamento e fortalecer as capacidades políticas, administrativas e técnicas das instituições federais de cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Instituto Brasileiro dos Museus (IBRAM), Fundação Cultural Palmares (FCP) e Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB) e Fundo Nacional de Cultura (FNC).
- » Recompôr os recursos do FNC de modo a torná-lo protagonista do fomento a projetos de todas as áreas culturais e do SNC.



- » Reativar os processos de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) por meio da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e outras taxas vinculadas ao cinema e audiovisual.
- » Reativar e fortalecer as instâncias de participação, deliberação, decisão e mobilização social no âmbito das políticas culturais.

Ciência, Tecnologia e Inovação



- » Realizar a Conferência Nacional de Inovação em 2023, com vistas à retomada do diálogo entre atores-chaves governamentais e não-governamentais e à pactuação de políticas e objetivos prioritários de médio e longo prazo.
- » Reformular a Estratégia Nacional de Inovação (Resolução CI nº1/21 publicada pelo MCTI), com foco na elaboração de diagnóstico preciso baseado em evidências sobre os gargalos do setor, metas viáveis associadas às políticas públicas e definição clara de responsáveis e instrumentos de coordenação do novo Plano.
- » Extinguir a Medida Provisória 1136/22, que alterou as regras para a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) em contraposição à Lei Complementar 177/21, que proíbe o contingenciamento de recursos das fontes vinculadas ao fundo.

EXPEDIENTE

Elaboração:

Alexandre Gomide

Michelle Morais

Janine Mello

Colaboração:

Carla Tomazini

Carolina Tokarski

Catia Grisa

Claudia Schmitt

Denise Direito

Diego Lindoso

Elaine Licio

Estela Neves

Fernando Filgueiras

Frederico Barbosa

Gabriela Lotta

Graziella Testa

Hilyn Hueb

Igor Fonseca

Krislane Matias

Leandro Couto

Luana Pinheiro

Lucas Rech

Marcel Bursztyn

Marcos A. da Silva

Maria A. Leopoldi

Mariana Silveira

Marion Daugeard

Mauro Santos

Michelle Fernandez

Natália Koga

Pedro Cavalcante

Pedro Palotti

Ranna Correa

Raquel Moreira

Sergio Leite

Silvia Zimmermann

Thadeu Rocha

Yamira Barbosa

EM QUESTÃO – Evidências para políticas públicas

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia - Diest

Diretor

Flavio Lyrio Carneiro

Diretor adjunto

Fabio Schiavinatto

Núcleo de Disseminação de Pesquisa

Camila Escudero | edição

Raquel Tavares e Raphael Domingos | conteúdo

Victor Gomes | design e diagramação